

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.864 - RJ (2019/0102681-6)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECORRENTE** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO IPERJ  
**PROCURADOR** : ANDRÉ SERRA ALONSO  
**RECORRIDO** : ROSANE FRAGA DE FARIA VALLADARES  
**RECORRIDO** : WILSON LIMA DE FARIA JUNIOR  
**RECORRIDO** : HELOISA BEATRIZ FRAGA DE FARIA  
**PROCURADOR** : EDUARDO MAGNO VALLADARES JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ092036

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PECÚLIO *POST MORTEM*. DIREITO RECONHECIDO COM BASE EM LEI LOCAL. CONTROVÉRSIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO DO APELO NOBRE.

1. Nos termos do art. 102, II, "d", da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que assentar válida lei local contestada em face de lei federal.

2. Na hipótese, o Tribunal *a quo* afirmou a aplicação da Lei estadual n. 285/1979 em detrimento da Lei federal n. 9.717/1998, destacando a natureza contributiva do sistema previdenciário. Inviável o exame da tese recursal na via eleita sob pena de usurpação da competência da Corte Maior. Precedentes.

3. Recurso especial não conhecido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator